

An aerial photograph of a large, white, lattice-structured high-voltage transmission tower. The tower is positioned in the center-right of the frame, rising above a dense, lush green forest. A thick layer of white mist or fog hangs in the air, partially obscuring the background and creating a serene, atmospheric setting. Several power lines extend from the tower across the landscape. The lighting suggests early morning or late afternoon, with soft shadows and highlights on the foliage and the tower's structure.

# Buritirama Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.)

Informações intermediárias em 31 de março de 2026

# Buritirama Transmissora de Energia S.A.

## Informações intermediárias

### Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO .....	7

### Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS .....	9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	11
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	12
7. ATIVOS DE CONTRATO.....	13
8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	13
9. DEBÊNTURES.....	15
10. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) CORRENTES E DIFERIDOS .....	16
11. PIS E COFINS DIFERIDOS.....	17
12. CONTINGÊNCIAS.....	18
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	18
14. LUCRO POR AÇÃO.....	19
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	20
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	20
18. PARTES RELACIONADAS.....	21
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	22
20. SEGUROS.....	24



**Shape the future  
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi  
Av. Washington Soares, 55  
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó  
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: +55 85 3392-5600  
ey.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Diretores e Acionistas da  
**Buritirama Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial da Buritirama Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future  
with confidence**

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza (CE), 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned below the text of the auditor's name and registration number.

Thiago Alexandre de Souza Silva  
Contador CRC PE-021265/O

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.520	13.266
Títulos e valores mobiliários	5	40.770	25.061
Contas a receber de concessionária e permissionárias	6	17.973	16.926
Ativos de contrato	7	109.108	108.074
Serviços de P&D		1.293	1.293
Adiantamento a fornecedores		2.296	1.849
Impostos e contribuições a recuperar		677	606
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		7.056	5.938
Depósitos Judiciais		359	359
Outros ativos		285	771
<b>Total do circulante</b>		<b>188.337</b>	<b>174.143</b>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	14.254	13.806
Intangível		303	307
Ativos de contrato	7	938.594	931.474
<b>Total do não circulante</b>		<b>953.151</b>	<b>945.587</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.141.488</b>	<b>1.119.730</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		4.063	4.335
Empréstimos e financiamentos	8	19.113	18.160
Debêntures	9	6.034	6.808
Impostos e contribuições a recolher		1.117	1.109
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		5.481	4.409
PIS e COFINS diferidos	11	-	4.543
Partes relacionadas	18	1.010	-
Dividendos a pagar		1.945	1.945
Encargos setoriais		1.892	1.806
Outros passivos		5.250	4.872
<b>Total do circulante</b>		<b>45.905</b>	<b>47.987</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	8	282.358	286.805
Debêntures	9	41.944	44.311
PIS e COFINS diferidos	11	96.912	91.615
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	203.474	200.653
<b>Total do não circulante</b>		<b>624.688</b>	<b>623.384</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>670.593</b>	<b>671.371</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	13	103.076	103.076
Reserva legal		20.614	20.614
Reservas de lucros		200.452	200.452
Reserva de incentivos fiscais		41.756	41.756
Reserva para investimento e expansão		82.461	82.461
Lucros acumulados		22.536	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>470.895</b>	<b>448.359</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.141.488</b>	<b>1.119.730</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	15	33.466	30.360
Custos operacionais	16 (a)	(1.067)	(1.263)
Lucro bruto		<u>32.399</u>	<u>29.097</u>
Despesas gerais e administrativas	16 (b)	(660)	(332)
Outras receitas (despesas) operacionais		257	-
Total de despesas operacionais		<u>(403)</u>	<u>(332)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>31.996</u>	<u>28.765</u>
Receitas financeiras		1.667	2.062
Despesas financeiras		(6.619)	(9.558)
Resultado financeiro	17	<u>(4.952)</u>	<u>(7.496)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>27.044</u>	<u>21.269</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.687)	(793)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(2.821)	(4.249)
Impostos sobre o lucro	10	<u>(4.508)</u>	<u>(5.042)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>22.536</u></u>	<u><u>16.227</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Demonstração do resultado abrangente  
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025  
(Em milhares de reais)

---

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro líquido do período	22.536	16.227
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>22.536</u>	<u>16.227</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025  
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		94.888	15.837	56.043	63.675	42.499	29.502	-	302.444
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	16.227	16.227
Saldo em 31 de março de 2025		94.888	15.837	56.043	63.675	42.499	29.502	16.227	318.671
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	103.076	20.614	82.461	-	200.452	41.756	-	448.359
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	22.536	22.536
Saldo em 31 de março de 2026	13	103.076	20.614	82.461	-	200.452	41.756	22.536	470.895

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		22.536	16.227
Ajuste para:			
Amortização do intangível		4	4
Remuneração do ativo de contrato	7	(34.984)	(31.753)
Receita de operação e manutenção	7	(2.842)	-
PIS e COFINS diferidos	11	754	532
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias	17	6.086	8.133
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(1.749)	(2.162)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10 (a)	1.687	793
Imposto de renda e contribuição social diferido	10 (a)	2.821	4.249
		<u>(5.687)</u>	<u>(3.977)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de concessionária e permissionárias		(1.047)	(2.244)
Ativo de contrato		29.672	28.040
Impostos e contribuições a recuperar		(71)	6
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(1.118)	(122)
Adiantamento a fornecedores		(447)	4
Outros ativos		486	(57)
Fornecedores		(272)	(1.397)
Impostos e contribuições a recolher		8	(26)
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher		1.118	(5)
Encargos setoriais		86	112
Outros passivos		1.388	925
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>24.116</u>	<u>21.259</u>
Rendimento de aplicações financeiras		1.749	2.162
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.733)	(881)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	8 / 9	(5.216)	(6.268)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>18.916</u>	<u>16.272</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicação e resgate de títulos e valores mobiliários		(16.157)	(8.327)
Aquisição de imobilizado		-	(1)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(16.157)</u>	<u>(8.328)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	8	(4.210)	(4.004)
Amortização de debêntures, líquido dos custos de transação	9	(3.295)	(3.353)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(7.505)</u>	<u>(7.357)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.746)</u>	<u>587</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.266	22.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		8.520	22.755
Varição em caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.746)</u>	<u>587</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

## BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

A Buritirama Transmissora de Energia S.A. ("Buritirama", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II – Buritirama C1, em 500(\*) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(\*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(\*) kV.

(\*) Não revisado.

#### 1.1. Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 - ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Buritirama Transmissora de Energia S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.547/2019, com validade até 27 de dezembro de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. O processo de renovação está em andamento e a emissão de protocolo de requerimento tempestivo permite a continuidade das operações até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando elas estabelecidas conforme detalhado a seguir:

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (RH)	Índice de correção
2025-2026	107.467	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	102.039	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,38% a RAP.

## 1.2. Reforma tributária sobre consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de março de 2026, data base destas informações financeiras trimestrais não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

## 1.3. Alteração do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta, Verene Transmissão Subholding S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A.), subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pelo *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Verene Energia S.A. através da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

### 2.1. Base de preparação

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das informações intermediárias, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 3. Políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis materiais descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

### 3.1. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

#### 3.1.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

### 3.1.2. Normas emitidas, mas não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações financeiras	<p>O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações financeiras.</p>	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	1.234	988
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	7.286	7.273
Operações compromissadas (a)	-	5.005
Total	<u>8.520</u>	<u>13.266</u>

(a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada no trimestre findo em 31 de março de 2026 equivale a 96,25% a.a. do CDI (97,99 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

### 5. Títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Cotas de fundos de investimento (a)	40.770	25.061
Não circulante		
Recursos Vinculados (b)	14.254	13.806
Total	<u>55.024</u>	<u>38.867</u>

(a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros com vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras e companhias de primeira linha de acordo com a política de investimento dos fundos.

(b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia tem como benchmark de remuneração a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 108,52% a.a. do CDI (98,88 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

## 6. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	11.262	10.719
Saldos vencidos		
90 dias	547	331
entre 91 e 180 dias	292	553
entre 181 e 365 dias	957	153
acima de 365 dias	4.915	5.170
Total	<u>17.973</u>	<u>16.926</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações financeiras do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às informações intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2026  
(Em milhares de reais)

## 7. Ativo de contrato

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	109.108	108.074
Não circulante	938.594	931.474
<b>Total</b>	<b>1.047.702</b>	<b>1.039.548</b>

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2024	789.800
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	2.038
Remuneração (b)	31.753
Amortização (c)	(28.040)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>795.551</b>
Em 31 de dezembro de 2025	1.039.548
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	2.842
Remuneração (b)	34.984
Amortização (c)	(29.672)
<b>Em 31 de março de 2026</b>	<b>1.047.702</b>

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no período;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final do contrato de concessão.

## 8. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	19.113	18.160
Não circulante	282.358	286.805
<b>Total</b>	<b>301.471</b>	<b>304.965</b>

### (a) Características

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Vigência	
			Início	Vencimento
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	nov/18	jul/38

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	17.614	304.399	322.013
Encargos	6.400	-	6.400
Transferências	4.304	(4.304)	-
Amortização de principal	(4.004)	-	(4.004)
Pagamentos de juros	(5.170)	-	(5.170)
Custo de transação (i)	33	-	33
Principal e encargos	19.304	301.669	320.973
Custo de transação (i)	(127)	(1.574)	(1.701)
Em 31 de março de 2025	19.177	300.095	319.272
Em 31 de dezembro de 2025	18.160	286.805	304.965
Encargos	4.636	-	4.636
Transferências	4.447	(4.447)	-
Amortização de principal	(4.210)	-	(4.210)
Pagamentos de juros	(3.953)	-	(3.953)
Custo de transação (i)	33	-	33
Principal e encargos	19.241	283.804	303.045
Custo de transação (i)	(128)	(1.446)	(1.574)
Em 31 de março de 2026	19.113	282.358	301.471

(i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	19.113	6%
2027	18.356	6%
2028	19.317	6%
2029	20.336	7%
2030 em diante	225.795	75%
Subtotal (não circulante)	283.804	95%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(1.446)	(1%)
Não circulante	282.358	94%
Total de empréstimos	301.471	100%

(d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiro, cujo não cumprimento, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. O contrato define a obrigatoriedade de constituição de Conta Reserva, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às informações intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2026  
(Em milhares de reais)

9. Debêntures

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	6.034	6.808
Não circulante	41.944	44.311
<b>Total</b>	<b>47.978</b>	<b>51.119</b>

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33

- (1) Emissão pública de debêntures simples  
(2) Não conversíveis em ações  
(3) Espécie quirografária  
(4) Debêntures incentivadas  
(5) Garantia fidejussória

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	7.680	47.814	55.494
Encargos e variação monetária	788	1.131	1.919
Transferências	3.111	(3.111)	-
Amortização de principal	(3.353)	-	(3.353)
Pagamentos de juros	(1.364)	-	(1.364)
Custo de transação (a)	47	-	47
Principal e encargos	7.103	47.174	54.277
Custo de transação (a)	(194)	(1.340)	(1.534)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>6.909</b>	<b>45.834</b>	<b>52.743</b>
Em 31 de dezembro de 2025	6.808	44.311	51.119
Encargos e variação monetária	2.411	(1.042)	1.369
Transferências	1.325	(1.325)	-
Amortização de principal	(3.295)	-	(3.295)
Pagamentos de juros	(1.263)	-	(1.263)
Custo de transação (a)	48	-	48
Principal e encargos	6.228	43.088	49.316
Custo de transação (a)	(194)	(1.144)	(1.338)
<b>Em 31 de março de 2026</b>	<b>6.034</b>	<b>41.944</b>	<b>47.978</b>

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	6.034	13%
2027	5.246	11%
2028	6.333	13%
2029	6.421	13%
2030 em diante	25.088	52%
Subtotal (não circulante)	43.088	89%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(1.144)	(2%)
Não circulante	41.944	87%
Total de debêntures	47.978	100%

(d) *Covenants* e garantias das debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) tendo como base suas informações trimestrais; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as informações contábeis trimestrais.

<u>Covenants debêntures</u>	<u>1ª debêntures</u>
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	2,93
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,65

10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) correntes e diferidos

(a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IR e CSLL	27.044	27.044	21.269	21.269
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	6.761	2.434	5.317	1.914
IRPJ subvenção governamental (a)	(4.681)	-	(2.197)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(6)	-	4	4
Total	2.074	2.434	3.124	1.918
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	1.687	-	793
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	2.074	747	3.124	1.125
Total	2.074	2.434	3.124	1.918
Taxa Efetiva	8%	9%	15%	9%

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	31/03/2026
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal	934	-	934
Provisão para participação nos lucros	87	-	87
Total	<u>1.021</u>	<u>-</u>	<u>1.021</u>
Passivo fiscal diferido			
Base negativa de CSLL	-		
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(201.674)	(4.099)	(205.773)
Outros	-	1.278	1.278
Total	<u>(201.674)</u>	<u>(2.821)</u>	<u>(204.495)</u>
Total líquido	<u>(200.653)</u>	<u>(2.821)</u>	<u>(203.474)</u>

(c) Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita em 2026, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	Total
IR / CSLL diferidos a realizar	1.021	1.021

11. PIS e COFINS diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
PIS	17.287	17.152
COFINS	79.625	79.006
	<u>96.912</u>	<u>96.158</u>
Circulante	-	4.543
Não circulante	96.912	91.615

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	34.984	124.200
Receita Anual Permitida – RAP	(29.672)	(115.236)
Receita de Operação e Manutenção	2.842	10.139
Revisão de premissas do ativo de contrato (a)	-	230.645
Base para PIS/COFINS diferido	8.154	249.748
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos (i)	754	23.102
Saldo no início do exercício (ii)	96.158	73.056
Saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii)	<u>96.912</u>	<u>96.158</u>

(a) A variação nesta linha refere-se à adoção da metodologia do ativo de contrato explicada na nota explicativa nº 7.

## BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanha, de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

## 12. Contingências

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de março de 2026, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 669 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2025), conforme segue:

Possível	31/03/2026	31/12/2025
Tributário	669	656
Total	669	656

## 13. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 103.076, representado por 103.075.805 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Verene Transmissão Subholding S.A. (controlada indireta da Verene Energia S.A). Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

(b) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva de lucros é de R\$ 82.461 (R\$ 56.043 em 31 de março de 2025).

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 200.452 (R\$ 42.499 em 31 de março de 2025).

(d) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva é de R\$ 41.756 (R\$ 29.502 em 31 março de 2025).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

## 14. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	22.536	16.227
Ações ordinárias	103.076	103.076
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,2186</u>	<u>0,1574</u>

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações intermediárias.

## 15. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração de ativos de contrato (a)	34.984	31.753
Receita de operação e manutenção	2.842	2.038
Outras receitas	(451)	-
Receita bruta	<u>37.375</u>	<u>33.791</u>
PIS/COFINS corrente e diferido	(3.506)	(3.084)
Encargos do consumidor (b)	(403)	(347)
Deduções da receita	<u>(3.909)</u>	<u>(3.431)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>33.466</u></u>	<u><u>30.360</u></u>

- (a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 7 – Ativos de contrato;
- (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

## 16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

### (a) Custos operacionais

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	(595)	(730)
Pessoal	(357)	(487)
Material	(21)	(18)
Amortização do ativo intangível	(4)	(4)
Outros custos operacionais	(90)	(24)
Total	<u>(1.067)</u>	<u>(1.263)</u>

### (b) Despesas gerais e administrativas

	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(303)	(179)
Serviços de terceiros	(317)	(109)
Seguros	(30)	-
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(10)	(44)
Total	<u>(660)</u>	<u>(332)</u>

## 17. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicações financeiras	1.749	2.162
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(82)	(101)
Outras receitas financeiras	-	1
Receitas financeiras	<u>1.667</u>	<u>2.062</u>
Encargos e variação monetária da dívida	(6.086)	(8.133)
Juros, multas s/operação de energia	-	(41)
Outras despesas financeiras	(533)	(1.384)
Despesas financeiras	<u>(6.619)</u>	<u>(9.558)</u>
Resultado financeiro	<u><u>(4.952)</u></u>	<u><u>(7.496)</u></u>

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às informações intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2026  
(Em milhares de reais)

## 18. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, conforme detalhado a seguir:

	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2025	
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)
<b>Contas a receber</b>						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	11
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	18
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	10
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	6
Companhia Estatal de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	-	-	11
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	-	-	4
Barreiras Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	146
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A	-	-	-	-	-	208
Jaíba Transmissora De Energia S.A	-	-	-	-	-	59
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A	-	-	-	-	-	25
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A	-	-	-	-	-	28
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	45
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	36
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>607</b>
<b>Contas a pagar</b>						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(41)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(19)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(7)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(7)
Companhia Estatal de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	-	-	(7)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	-	-	(3)
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. (ii)	24	(24)	-	-	-	-
Verene Energia S.A. (ii)	914	(914)	-	-	-	-
Verene Transmissão Subholding S.A (ii)	1	(1)	-	-	-	(929)
Barreiras Transmissora De Energia S.A. (ii)	-	-	-	-	-	(99)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A (ii)	-	-	-	-	-	(38)
Jaíba Transmissora De Energia S.A (ii)	61	(61)	-	-	-	(358)
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A (ii)	-	-	-	-	-	(7)
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A (ii)	-	-	-	-	-	(4)
Tapajós Transmissora De Energia S.A. (ii)	10	(10)	-	-	-	(46)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(19)
<b>Total</b>	<b>1.010</b>	<b>(1.010)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.584)</b>
<b>Dividendos a pagar</b>						
Verene Transmissão Subholding S.A (iii)	1.945	-	1.945	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.945</b>	<b>-</b>	<b>1.945</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (i) Como detalhado na nota explicativa 1.2 - Alteração do controle acionário, a Companhia não faz mais parte do grupo da Equatorial S.A., sendo assim essas Entidades não são mais partes relacionadas da Companhia.
- (ii) As transações entre partes relacionadas demonstradas acima referem-se a gastos compartilhados suportados pelas empresas do grupo, incorridos durante o período de transição e de estruturação da alteração de controle acionário.
- (iii) Refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios para distribuição, em 31/12/2025;

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

A Diretoria Executiva é remunerada de forma compartilhada entre todas as controladas da holding Verene Energia S.A. O Conselho de Administração possui modelo de remuneração distinto: os membros que atuam nos Conselhos de Administração das Companhias têm sua remuneração atribuída e paga diretamente por cada uma delas.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve aprovação de novos valores de remuneração, permanecendo vigente o montante total de R\$ 158, aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os membros da Administração não mantêm operações de empréstimos, adiantamentos ou outros acordos com a Companhia além daqueles relacionados aos serviços prestados no curso normal de suas atividades. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

## 19. Instrumentos financeiros

### 19.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de concessionárias e permissionárias, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo estes dívida líquida sobre EBITDA.

### 19.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

### 19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas e da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

	Nota	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo:</b>							
Caixa	4	1	Custo amortizado	1.234	1.234	988	988
CDB e operações compromissadas	4	2	VJR*	7.286	7.286	12.278	12.278
Títulos e valores mobiliários	5	2	VJR*	55.024	55.024	38.867	38.867
Contas a receber de concessionárias	6	1	Custo amortizado	17.973	17.973	16.926	16.926
<b>Total</b>				<b>81.517</b>	<b>81.517</b>	<b>69.059</b>	<b>69.059</b>
<b>Passivos a custo amortizado:</b>							
Fornecedores		1	Custo amortizado	4.063	4.063	4.335	4.335
Empréstimos e financiamentos	8	1	Custo amortizado	301.471	301.471	304.965	304.965
Debêntures	9	1	Custo amortizado	47.978	49.320	51.119	51.119
<b>Total</b>				<b>353.512</b>	<b>354.854</b>	<b>360.419</b>	<b>360.419</b>

\*VJR – Valor justo por meio do resultado

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Considerável nível de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período findo em de 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

## 20. Demonstração dos fluxos de caixa

### 20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Em 31 de março de 2026, não foram realizadas transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.

### 20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	304.965	(4.210)	(3.953)	4.669	301.471
Debêntures	51.119	(3.295)	(1.263)	1.417	47.978
Dividendos a pagar	1.945	-	-	-	1.945
Total	<u>358.029</u>	<u>(7.505)</u>	<u>(5.216)</u>	<u>6.086</u>	<u>351.394</u>

(\*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(\*\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o período.

## 21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de março de 2026, estão demonstrados a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco operacional (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	542.482
Responsabilidade civil (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	60.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Verene Energia S.A., sua controladora final.

\*\*\*

Diretoria

José Cherem Pinto,  
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,  
Diretora Financeira

Daniela Martins Costa Elarrat  
Contadora  
CRC RJ 120.115/O-0